

# Bem viver para a próxima geração: entre subjetividade e bem comum a partir da perspectiva da ecossocioeconomia<sup>1</sup>

Good living for the next generation: between subjectivity and common good from the perspective of eco-socio-economy

## **Carlos Alberto Cioce Sampaio**

Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação.

Universidade Positivo. Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental.

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Blumenau, SC, Brasil.

E-mail: carlos.cioce@gmail.com

## **Craig David Parks**

Washington State University. Psychology Department. Washington, DC, Estados Unidos.

E-mail: parkscd@wsu.edu

## **Oklinger Mantovaneli Junior**

Universidade Regional de Blumenau. Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Blumenau, SC, Brasil.

E-mail: oklingerfurb@gmail.com

## **Robert Joseph Quinlan**

Washington State University. Anthropology Department. Washington, DC, Estados Unidos.

E-mail: rquinlan@wsu.edu

## **Liliane Cristine Schlemer Alcântara**

Universidade Federal de São Carlos. Centro de Ciências Agrárias. Departamento de Desenvolvimento Rural. Araras, SP, Brasil.

E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br

## **Resumo**

Bem Viver (BV) é tema intrigante quando se distancia da chamada sociedade de consumo. Diante do fenômeno das mudanças climáticas, não faz sentido discutir BV subjetivamente, sem correlacioná-lo ao significado de bem comum. O objetivo é dialogar sobre o tema do BV, relevando o interesse das gerações futuras, a partir da relação dialética entre subjetividade e bem comum e da complementaridade entre a dinâmica entre ser humano e natureza. Trata-se de um ensaio. A discussão remete à visão ecocêntrica, em que sugere que o sistema social está interconectado ao ecológico, sobretudo na ocasião em que se considera a produção do BV para gerações futuras. O BV, mais do que condição material, socioeducacional e de saúde, é estado particular de felicidade, no qual vigoram padrões culturais distintos. Não se nega abstrair a lógica econômica - na qual o sujeito calcula consequências individuais, mas releva territorialmente o bem comum -, e não é ela hegemônica ou mesmo determinante nos processos de produção e reprodução humana, dos quais resulta o sujeito esvaziado. Por fim, o BV não pode ficar relegado a conquistas de outras gerações ou ainda a um modo de vida “cool”, desresponsabilizado e descontextualizado em relação a gerações futuras. Subjetividade e bem comum podem se reconciliar no plano de uma esfera societária que não seja reduzida a mero cálculo e em que o ser humano não deponha, nem ao outro (política) nem a si (psique), na produção de caminho ecossocioeconômico, o que constitui uma vida hu-

## **Correspondência**

Carlos Alberto Cioce Sampaio

Rua Vereador Washington Mansur, 248, ap. 61, Ahu.

Curitiba, PR, Brasil. CEP 80540-210.

<sup>1</sup> Fonte de financiamento: Bolsa do Programa Pesquisador Visitante Capes-Fulbright, realizada na *Washington State University*, Pullman, e *DePaul University*, Chicago, 2015.

mana associada que não relegue sistemicamente o seu próprio processo de socialização.

**Palavras-chave:** Bem Viver; Dinâmica Socioambiental; Subjetividade; Bem Comum.

## Abstract

Good Living (GL) is an intriguing theme when apart from the consumer society. It is purposeless to discuss GL subjectively in the face of climate change, without associating it with the meaning of common good. The aim is to discuss GL, taking the interest of future generations into account, from the dialectic relationship between subjectivity and common good and the complementarity between human beings and nature. This is an essay. The discussion refers to the ecocentric perspective, which suggests that the social system is interconnected with the ecological system, especially when one considers the creation of GL for future generations. GL, more than just material, health and socio-educational conditions, is a particular state of happiness, in which different cultural patterns prevail. One does not deny abstracting economic logic - in which the subject calculates individual consequences, but territorially ignores the common good - and it does not prevail over or even determine production processes and human reproduction, from which arises the emptied subject. Finally, GL cannot be relegated to achievements of other generations, or else to a “cool” way of life, without responsibilities and decontextualized from future generations. Subjectivity and common good can be reconciled in a societal dimension that is not reduced to mere calculation and where human beings do not put aside, nor to others (politics) nor to themselves (psyche), in the production of the eco-socio-economical path, what makes an associated human life that does not systemically relegate its own process of socialization.

**Keywords:** Good Living; Social And Environmental Dynamics; Subjectivity; Common Good.

## Introdução

A sociedade de consumo vislumbra o que poderia ser erroneamente confundido com o Bem Viver (BV), como se ele fosse resultado direto do poder de compra de produtos ou serviços (mercadorias) que, até então, se julgavam fundamentais para satisfazer as necessidades individuais.

Complexificando a problemática, diante do fenômeno das mudanças climáticas - didaticamente compreendido pelo aquecimento global do clima, no qual se coloca em risco, em espaço temporal cronológico relativamente curto (até o século XXII), o que se convencionou denominar de desenvolvimento sustentável, implicando não apenas no alcance do BV individual, mas também no bem comum -, faz-se necessário um cálculo de consequências de quanto a satisfação individual está atrelada ao bem comum, tal como remete a teoria do utilitarismo (Bentham, 2007; Mill, 2010).

Há um conjunto de esforços, denominado aqui de ecossocioeconomia urbana, que se acredita que traga aprendizados para compreender os antecedentes da crise ambiental e cujo pressuposto se baseia nas mesmas assimetrias que existem entre ser humano e natureza, derivadas do antropocentrismo, que presidem a relação ser humano x ser humano e conduzem à desigualdade social (Laville, 2003). Acredita-se que a solução do problema passa pela percepção de que a racionalidade econômica, individual e coletiva, predominante, deva ser problematizada diante do que se sinaliza como efeitos das mudanças climáticas.

Para que não se corra risco de as experiências de ecossocioeconomia serem idealizadas como saída para a crise, destaca-se que essas sejam ainda incipientes e apresentam contradições, limites ao avanço na compreensão do difícil binômio de conciliar interesses econômicos individuais e comunitários, socialmente agravados, do desenvolvimento, uma vez que os sistemas sociais estão imbricados com a dinâmica ecológica, aspectos indissociáveis no enfoque socioambiental dos dados.

No entanto, a ecossocioeconomia é um campo fértil de pesquisa com que tomar contato e aprofundar experiências que possam trazer aprendizados na relação entre os interesses individuais e o bem comum - tal como a contribuição de Parks, Joireman e Lange (2013) na ocasião em que constroem o estado

da arte sobre tal dilema - e ainda adicionar à discussão a conciliação entre as dimensões ecológicas, sociais e econômicas quando se pensa a sustentabilidade do desenvolvimento. Cabe lembrar Ostrom (2012), ganhadora do Prêmio Nobel de Economia de 2009, quando sugere que o futuro do bem comum se firma como estágio que perpassa pela incompletude da economia de mercado e pela regulação do Estado.

O objetivo deste *paper* é dialogar sobre o tema do BV, inclusive relevando o interesse das gerações futuras, a partir da relação dialética entre subjetividade e bem comum e da complementaridade da dinâmica entre ser humano e natureza, tomadas aqui como falsos binômios.

## Método

A metodologia utilizou-se de pesquisa bibliográfica exploratória por meio de revisão narrativa, com descrição do estado da arte dos temas “bem viver”, “subjetividade” e “bem comum” frente à dinâmica entre ser humano e natureza. Sob o ponto de vista teórico e contextual, constitui-se de análise da literatura, com interpretação e análise crítica, o que caracteriza um ensaio, a partir de cooperação científica interuniversitária e internacional, estabelecida na ocasião da concessão da bolsa de estudo Fulbright Visiting Scholar, realizada em boa parte na Washington State University, campus de Pullman (WA), e na DePaul University (IL), Chicago. Cabe ressaltar a participação dos Núcleos de Eco-socioeconomia e Políticas Públicas, sobretudo a partir da oferta de disciplinas e projetos de pesquisa, nos programas de pós-graduação que congregam pesquisadores e estudantes brasileiros em Desenvolvimento Regional (Furb), Meio Ambiente e Desenvolvimento (UFPR), Gestão Ambiental (UP) e Gestão Urbana (PUCPR) e da parceria com universidades chilenas, Magíster en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica e Centro de Estudios Ambientales (ambos Universidad Austral de Chile), e estadunidenses, Personality and Decision Making Studies Laboratory, Department of Psychology (Washington State University, campus Pullman) e Chaddick Institute for Metropolitan Development (DePaul University, Chicago).

## Dinâmica socioambiental: pressuposto para o Bem Viver

O tema das mudanças climáticas globais deriva diretamente da assimetria na dinâmica socioecológica, denominada dinâmica socioambiental (IPCC, 2013), que decorre basicamente de duas afirmações: não retirar dos ecossistemas mais do que sua capacidade de regeneração; *não lançar aos ecossistemas mais que a sua capacidade de absorção*, o que sugere dizer *que a natureza não tem problemas, e se os têm são inerentes à sua dinâmica, e resolvidos por ela* (Fernandes; Sampaio, 2008, p. 89).

Em outras palavras, os sistemas sociais prevalecem ou perpassam pelos sistemas ecológicos - como se o antropocentrismo se justificasse por si próprio, como fosse um axioma. Tamanha dessimetria se reproduz também em grupos sociais e étnicos e em classes econômicas, como se para alguns, segundo a concepção da sociedade de consumo, fosse mais meritório alcançar o BV do que para outros.

Sob tal argumento, há dúvida de se a sociedade em bases democráticas é uma condição *sine qua non* para a sustentabilidade; como se sugere na política de bem-estar social, diria-se que não. Sugere-se reflexão do que se compreende por democracia nos dias atuais: uma democracia que releve o desbalançamento das esferas políticas - entre modos de vida urbanos e tradicionais -, ou, então, que considere mecanismos que privilegiem interesse de gerações futuras (Sampaio, 2010).

Pautado em sua rejeição a elementos centrais da utopia liberal-burguesa e do próprio sistema capitalista (individualismo, racionalismo, liberalismo, antropocentrismo, consumismo etc.), a concepção andina do BV aparece como “função utópica” de crítica e enfrentamento dessa realidade (Santamaría, 2015). Nesse contexto, nas últimas décadas, frente à sujeição de povos indígenas originários à colonialidade no plano dos estados nacionais, várias expressões de opção (de)colonial<sup>2</sup> foram ganhando visibilidade (Mignolo, 2008; Quijano, 2014; Walsh, 2009).

A principal dessas expressões vem dos povos indígenas da região andina que buscam, por meio

2 A (de)colonialidade não é necessariamente distinta da descolonização; representa uma estratégia que vai mais além da transformação - implica deixar de ser colonizado - apontando uma construção e criação (Walsh, 2009, p. 55).

do conceito e dos princípios do BV, a possibilidade da vida fora dos parâmetros do bemestar<sup>3</sup> proclamados pela modernidade ocidental eurocêntrica, capitalista e colonial. Nos últimos anos o termo BV passou a ser mencionado em diversos textos e publicações como sinônimo de vida saudável, associado a projetos de desenvolvimento econômico dos governos do Equador e da Bolívia e, apesar de sua natureza polissêmica, passível de diferentes concepções, manteve como fundamento a garantia de qualidade de vida aos mais pobres (Lacerda; Feitosa, 2015). Esses povos têm maneira própria de conviver e conservar a natureza assegurada por normas constitucionais.

Em âmbito mundial, o Programa Interdisciplinario de Población y Desarrollo Local Sustentable de la Universidad de Cuenca (Pydlos), do Equador, agrupa atividades de docentes e pesquisadores, dirigidos pelo economista Alejandro Guillén, desde sua criação, em 1983, na conformação do pensamento sobre o tema do BV, em parceria com a Universidad de Alicante da Espanha, Centro Andino de Acción Popular, Fundación Rosa Luxemburgo, Universidad de Santa María, Universidad del País Vasco, Centro Latinoamericano de Ecología Social, Universidad Central de Venezuela, Universidad de Huelva e outros (Hidalgo Capitán, 2012).

O conceito de BV, embora possa remeter em um primeiro momento a boa gastronomia (Mason; O'Mahony, 2007) ou a boas condições de trabalho (Chalofsky; Cavallaro, 2013), não se restringe à visão egocêntrica ou à geração atual, como se a natureza pudesse ser reduzida a mero recurso para servir um ser supremo, o humano.

Se, de um lado, o BV está representado por políticas que se relacionam com o uso da biodiversidade e do etnoconhecimento<sup>4</sup> para fins medicinais, de outro fortaleceram-se ações voltadas aos povos originários sobre direitos territoriais, integração, manutenção da cultura, tradições e integridade.

A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2003), sobre povos indígenas e tribais, adotada na 76ª Conferência Internacional do Trabalho em 1989, constituiu o primeiro instru-

mento internacional que trata especificamente dos direitos dos povos indígenas e tribais (Palazuelos; Ballivián, 2013). Em setembro de 2007 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração dos Direitos dos Povos Indígenas, incluindo a propriedade e a proteção de suas terras e territórios, o acesso aos recursos naturais e a preservação dos seus conhecimentos tradicionais (ONU, 2008).

os povos indígenas têm direito a suas próprias medicinas tradicionais e a manter suas práticas de saúde, bem como desfrutar do nível mais alto possível de saúde, e os Estados devem tomar as medidas necessárias para atingir progressivamente a plena realização deste direito (ONU, 2008, art. 24).

No Brasil, a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as determinações das Leis Orgânicas da Saúde com as da Constituição Federal, que reconhecem aos povos indígenas suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. Entre essas políticas estão as que se relacionam com o uso da biodiversidade e do etnoconhecimento para fins medicinais, concedendo

autonomia dos povos indígenas quanto à realização ou autorização de levantamentos e divulgação da farmacopeia tradicional indígena, seus usos, conhecimentos e práticas terapêuticas, com promoção do respeito às diretrizes, políticas nacionais e legislação relativa aos recursos genéticos, bioética e bens imateriais das sociedades tradicionais. [...] Devem também compor essas ações as práticas de saúde tradicionais dos povos indígenas, que envolvem o conhecimento e o uso de plantas medicinais e demais produtos da farmacopeia tradicional no tratamento de doenças e outros agravos a saúde (Brasil, 2002, p. 18).

O BV relaciona-se com condicionantes éticos e emancipação humana, ou seja, com a dinâmica social, mas ao mesmo tempo estando conectado ao meio no qual se vive, isto é: à dinâmica ambiental.

3 Bem-estar: fruto de uma construção da modernidade e, como tal, portador de uma perspectiva essencialmente individualista (Nogueira, 2002).

4 Etnoconhecimento: saberes tradicionais que regulam o entendimento, a prática e o uso que se tem sobre um objeto ou evento (Dansac, 2012).

Não faz sentido sacrificar, então, sistemas ecológicos para promover o BV exclusivo de uma geração, mesmo porque ambos, por estarem interconectados quando um não apresenta estado qualificado, acaba penalizando o outro, o que caracteriza a visão ecocêntrica (Merchant, 1999). Nesse sentido, os impactos humanos na biodiversidade têm gerado temas específicos de investigação sobre a etnobiologia<sup>5</sup> da diversidade agrícola, a ecologia cultural dos recursos genéticos das plantas, a conservação participativa, as políticas dos recursos genéticos e o manejo de recursos, entre outros (Nazarea, 2006).

Sob tal perspectiva, não faz sentido tratar a emancipação humana sem, no entanto, relacioná-la ao valor intrínseco da natureza, como condicionante ético para pensar as gerações futuras, o que sugere se distanciar do utilitarismo clássico e primar no bem comum quando ele é possível, mas, sobretudo, se aproximar da incondicionalidade do BV humano com o não humano (Merchant, 1999). E que se diga que não faz sentido também sacrificar a emancipação de alguns (geração atual) em detrimento de outros (geração futura), como se pudesse haver classes de cidadania diferentes – ou, pior, como na Grécia antiga, em que mulheres, crianças e estrangeiros não eram considerados nem sequer como cidadãos (Aristotle, 1946). Como sugere a etnoecologia extraída da sabedoria indígena e do conhecimento tradicional, o que acontece com um ser sucessivamente deflagra em seu descendente e em outros, assim reverberando no planeta (Lyons, 2008).

## Bem Viver e Qualidade de Vida

O BV é uma expressão carregada de significado subjetivo, no entanto não isento da conotação objetiva de qualidade de vida (QV). QV pode ser quantificada por indicadores de renda per capita, ainda que não seja assegurado que alguém que tenha padrão de vida econômico maior que outrem reconheça em si próprio o que se designa por BV. Da mesma forma que anos de escolaridade podem proporcionar e ana-

liticamente designar QV, tal designação não sugere necessariamente que um indivíduo possa se realizar plenamente apenas por conhecimento adquirido em processo educativo formal, assegurando o BV. Embora o acesso a saúde pública gratuita possa indicar QV, não assegura que uma pessoa tenha BV, mesmo porque ela pode possuir hábitos de vida não saudáveis ou colocar em risco sua vida ao se medicar ou ao consumir entorpecentes, aditivos químicos alimentícios etc. (Antonioni; Gemini; Mazzoli, 2010; Sirgy; Phillips; Rahtz, 2009).

Clássico exemplo de indicador emblemático que distorce a informação por ele agregada é o próprio Produto Interno Bruto (PIB), que sugere a medição da riqueza de um dado território. Para Smith e Max-Neef (2011), o PIB considera tanto impactos negativos, como custos de acidentes de trânsito, quanto positivos, como investimentos em educação; ele não inclui, porém, o trabalho não remunerado, doméstico, que reproduz a própria vida, nem a potencialidade dos serviços ecossistêmicos de produzir riqueza.

No entanto, há iniciativas qualificadas de medição de indicadores agregados, como o índice Viver Melhor, da Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (OECD, 2014), parametrizado nos princípios de Bellagio<sup>6</sup> (Pintér et al., 2012), no qual se congregam informações sobre moradia, renda, emprego, comunidade, educação, meio ambiente, engajamento cívico, saúde, satisfação pessoal, segurança e vida/trabalho, bem como o indicador de Desenvolvimento Humano, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (UNDP, 2014), no qual agrupa informações sobre longevidade, educação e rendimento.

O BV, mais do que condição material, socioeducacional e de saúde, como anteriormente referenciado, é um estado particular de felicidade, no qual vigoram padrões culturais distintos, nos quais desfrutar um copo de vinho pode possuir definição moralmente aceitável ou inaceitável. É falacioso subentender, em termos de políticas públicas, que

5 A etnobiologia é a ciência que procura compreender como comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores, agricultores e outras) percebem, classificam e constroem o ambiente (Begossi, 1993).

6 Os princípios de Bellagio sinteticamente se referem a quatro parâmetros que indicadores de desenvolvimento sustentável deveriam ter: definição e metas; prioridade e praticidade; avaliação; retroalimentação (Pintér et al., 2012).

não possuir anos de escolaridade formal implique necessariamente em um obstáculo à busca da felicidade se não se valorizarem as possibilidades de aprendizado pela educação não formal e informal, pelo conhecimento tradicional ou pelas tecnologias com identidade própria a um determinado lugar (Tuan, 1974). Agricultores familiares, pescadores artesanais, extrativistas florestais, comunidades originárias, comunidades quilombolas e outras designações não associadas à sociedade de consumo podem, e por vezes historicamente efetivam estilos de vida a contento (Berkes, 1999).

O que aproxima o BV e QV, mesmo por diferenças subjetivas e objetivas de concepção, é o fato de que ambos requerem parâmetro coletivo (compreendido como bem comum), no sentido de correlacioná-los com estudos e análises comparativas, tais como prescindem os indicadores de sustentabilidade. Caso indicadores não favoreçam a tomada de decisão, eles correm o risco de ser descontinuados (Gabrielsen; Bosch, 2003; Quiroga, 2001; Wackernagel; Rees, 1996).

A Europa, conhecida por fomentar políticas de bemestar social - caso de municípios que implementam boas práticas de mobilidade urbana, como Copenhague, na Dinamarca (Silva et al., 2015), Maastricht, na Holanda (Zacharias; Castro, 2014), e Hersbruck, na Alemanha (Ceccato; Strapasson, 2014) -, quando prioriza ciclovias usa estratégias de desenvolvimento socialmente incluyente (oferecendo condições mais equânimes de mobilidade e favorecendo hábitos saudáveis), economicamente sustentado (já que bicicletas possuem preços acessíveis) e ecologicamente sustentável (bicicletas são consideradas de baixo impacto ambiental), o que favorece o BV tanto para geração atual como para a futura (Gudmundsson; Höjer, 1996).

Merece destaque, nessa acepção, a ecovila ou *ecovillage*. A partir da experiência de Findhorn (Escócia), composta de assentamentos ou comunidades sustentáveis que conservam dinâmicas ecossistêmicas à escala humana (transdisciplinar<sup>7</sup>),

indo ao encontro de um BV. Ecovilas como Findhorn incubam estilo de vida sustentável que concilia projetos de construção de habitações, alimentação orgânica, tratamento de água potável, energia renovável (eólica) e negócios (padaria, editora, lojas diversas) em regime comunitário, beneficiando moradores dos assentamentos (Dawson, 2006; Mollison; Holmgren, 1978).

## Subjetividade e bem comum

“Bem comum”, ou “comunidade”, remete ao significado de lugar, espaço concreto onde as pessoas se encontram, dialogam, convivem (Bauman, 2013). Diante das redes sociais e seus dispositivos de tecnologias de informação e comunicação, espaço concreto não remete apenas a espaço geográfico físico, mas também à teia de relações sociais virtuais tecidas sobre um bem comum, por exemplo: clima e suas transformações - isto é, quando há identidade no diálogo estabelecido, o que pode ser denominado de subjetividade cooperativa ou intersubjetividade (Azkarraga, 2010). Isso é denominado por Polanyi (2000) de “dimensão tácita do conhecimento”, que é um tipo de conhecimento de difícil visualização para aqueles que não reconhecem os significados de um dado território, mas que faz sentido para aqueles que o habitam. A intersubjetividade, em sua plenitude, se realiza no plano territorial.

Por essa perspectiva não faz sentido dicotomizar subjetividade e bem comum, como se se tratassem de realidades distintas, mesmo porque o ser humano se realiza enquanto ser sociopolítico. A sociedade de consumo, sob tal perspectiva, possui intersubjetividade esvaziada e desterritorializada (Pecqueur, 2014; Smith; Max-Neeff, 2011); sugere o conceito de não lugar (Augé, 2002), referindo-se a lugares não preenchidos, com vazios ou transitoriedade sociais, padecendo de vitalidade para se denominar de lugar. É o exemplo do sujeito que comprou um automóvel de marca Ferrari, mas a quem ao longo de sua vida

7 A visão transdisciplinar sugere que problemas mais significativos contemporâneos não serão resolvidos de maneira disciplinar, mesmo porque se tornaram problemas exatamente por ausência de visão complexa da realidade. O desafio do método transdisciplinar é desfazer o feitiço que se tem pela especialização. Enfim, é um método de construção de conhecimento, sobrepassando pelas ciências até então conhecidas, partindo de uma problemática/complexidade que se deseja compreendê-la bem como resolvê-la, podendo inclusive criar novos campos de conhecimento que até, então, não se faziam necessários ou que surgiram de conexões de disciplinas e de seus desdobramentos que ainda não existiam (Nicolescu, 2002).

não foi possível construir lugar com identidade, a ponto de não possuir um amigo a quem convidar ou, pior, a quem contar tamanha façanha.

O lugar, de certa maneira, representa ao sujeito cognoscente o seu próprio mundo (Santos, 1997). É nele que se nasce, engatinha, anda, cresce, ama, vive e morre. O lugar com identidade é a comunidade. Ainda que haja vários significados e possibilidades de compreensão para “comunidade”, Bauman (2013) admite dificuldades da vida em comunidade, na atualidade, no que se chama sociedade moderna ou ao que se denomina aqui de sociedade de consumo. Comunidade passa a ser associada a paraíso perdido, difícil de se encontrar nos grandes espaços urbanos. Como se condomínios prediais, escolas e associações de bairro não pudessem ser reterritorializados, expressar convivencialidade e interesse um pelo outro. A identidade se estabelece entre visitante e visitado na ocasião em que há procura de sentido para a vida, o que se chama de BV (Illich, 1973).

Que se desfaça o mal entendido de que subjetividade é sinônimo de individualismo. Individualismo é atitude egocêntrica, personalista, diferente de individualidade, que, apesar de sugerir essência própria, se complementa e se modifica em comunidade e território (Maturana; Varela, 1987). Não se pode anular a individualidade humana nem ela precisa ser negada em comunidade. Na vivência comunitária, combate-se o individualismo. Os membros da comunidade entendem que o BV do indivíduo depende do BV dos demais. A própria individualidade é pensada coletivamente, tratando-se do princípio da convivencialidade (Illich, 1973).

A própria compreensão de uso do tempo pode ser utilizada como exemplo de proximidade entre subjetividade e bem comum, ou mesmo como contraexemplo de quão distantes estão. Sachs (1974) sugere que a maneira que uma sociedade estabelece seu uso do tempo determina também seu modo de vida. As *slow cities* Levanto (Mendonça; Macoppi, 2014) e Bolzano, ambas na Itália, adotaram política governamental de BV, o que sugere estilo de vida associado ao uso do tempo substantivo, relacionado ao bem comum, remetendo ao resgate de uso do tempo tal como faziam as gerações anteriores. No entanto, essas *slow cities* o fazem sem abstrair a lógica econômica tão necessária e ávida, na qual

o sujeito calcula as consequências individuais, o que sugere subjetividade, desde que não seja ela hegemônica ou mesmo determinante nos processos de produção e reprodução humana, de que resulta o sujeito esvaziado (Sampaio et al., 2014).

Viver em ritmo lento sugere viver em ritmo balanceado entre corpo e mente, tal como transcrito no provérbio *Mens sana in corpore sano*, “mente” compreendida como plano das relações intrasubjetivas humanas, na qual suscitam mais dúvidas do que certezas racionais, o que muitas vezes fica relegado ao campo esotérico da existência, no sentido pejorativo da contraciência. Equilíbrio é necessário ao BV, sugerindo lentidão - não como estagnação, mas como desaceleração do ritmo de vida, desassociando tempo produtivo econômico, não sendo apenas ele o merecedor de felicidade (Sampaio et al., 2014).

## Considerações finais

É claro que se pode experienciar mais lentamente o mesmo processo que nos desafia e acreditar que o caminho que se está percorrendo é outro, o que coloca o debate aqui proposto quase como uma ode ao desafio, em primeiro lugar da resistência e em segundo lugar da superação por mecanismos capazes de colocar em suspensão - e aqui se assume viés de análise mais fenomenológico - os fios frouxos do tecido social que teima em requerer o seu tear com as mesmas e já carcomidas agulhas. Não há como falar em BV e QV sem considerar a tensão fundamental entre a ética da convicção e da responsabilidade situada no âmbito societal contemporâneo como contradição fundamental. Nisso, a questão do indivíduo é fundamental e precisa ser resolvida no âmbito do debate sobre ecossocioeconomia.

Dito de outra forma, o grande impasse experienciado na obra de muitos expoentes, como Polanyi (2000), Ramos (1981) e, mais recentemente, Bauman (2013), são as consequências do absoluto de mercado, do qual deriva a sociedade de mercado, e com ela a prevalência de um modo de o indivíduo ver e se posicionar no mundo, alheio a si mesmo. Ou seja, o fetiche da mercadoria e da técnica impregnou de tal modo a vida humana associada, que o ser humano contemporâneo lida esquizofrenicamente com o real

e o outro, na labuta pela reconstrução de sua condição de sujeito no mundo e com o mundo.

Isso implica em sujeição nunca antes experimentada, da psique humana aos imperativos sociais, no caso determinados pela racionalidade instrumental (Weber, 1978), presidida pela ética da responsabilidade. Autores que conclamam a um novo humanismo, como Paula (2015), e ao resgate da subjetividade em favor da superação dos absolutos contemporâneos compartilham da percepção de Ramos (1981) de que a voz do dono dista do dono da voz, como brincavam os versos de Chico Buarque. Guardadas as proporções da metáfora artística, Ramos realizou sua obra exercitando teorização da vida que fosse capaz de resgatar, no humanismo clássico, o sentido da indissociabilidade entre pensamento e ação como elemento resultante da luta por razão centrada no sujeito.

Isso implicaria na reconstituição da capacidade humana de ser indivíduo e não, como hoje, ser cuja personalidade se dilui nos processos de determinação social pautados pelo *ethos* mercantil individualista. Provavelmente esse é o motivo pelo qual Ramos (1981) não fez questão de abordar a dimensão social da racionalidade substantiva, compreendendo-a como flanco aberto à alienação e a essa questão, que implica na distinção entre individualidade e individualismo a que qualquer debate voltado a um campo como o da ecossocioeconomia precisa estar atento.

A valorização do ambiente é indissociável das dinâmicas alocativas de uma “outra economia”; é mister um ordenamento social capaz de problematizar sua tessitura e oferecer um caminho de superação em que a personalidade humana não seja um ente ausente. Nesse contexto, o etnoconhecimento, com base em enfoques participativos e na busca pelo resgate dos diversos saberes, promove o diálogo e a interação entre os atores envolvidos quanto às questões ligadas ao conhecimento tradicional, promovendo proteção da diversidade biológica e sociocultural.

Acredita-se que falar em BV, QV e índices de aferição dessas categorias de outro modo seria apenas produzir constatações ingênuas do quanto caminha o estado de sujeição ao processo de alienação que implica em vida sem ação, sem problematizar sua efetiva qualidade e sem emitir juízo ético que

interrogue se tal caminho de fato implica em um juízo capaz de distinguir o sentido de bem (viver) e mal (viver). Ou seja, em dado nexos seria o clássico resgate da ética da convicção ao lado da ética da responsabilidade como elemento importante à ideia de emancipação humana e à capacidade de o ser humano tê-la como intenção em sua vida; emancipação e intenção seriam, então, premissas ao BV. Nesse plano, QV implica na superação das contingências ideológicas que subvertem a psique humana e servem de substrato alienante nos absolutos da sociedade de mercado.

O BV não pode em hipótese alguma ser confundido com o modo de vida rebaixado e acomodado daqueles que, ora conservadores, se servem dos benefícios que foram conquistados de outras gerações – é o que Bauman (2013, p. 51) denomina de modo de vida “cool”. A subjetividade e o bem comum só podem se reconciliar no plano de uma sociedade que não seja meramente calculista e em que o ser humano não destitua nem ao outro (política) nem a si (psique) na produção de um caminho ecossocioeconomicamente engajado no caráter problemático de uma vida humana associada que não pode destituir, como elemento estruturante, o seu próprio processo de socialização.

## Referências

- ANTONIONI, S.; GEMINI, L.; MAZZOLI, L. Gazes on Levanto: a case study on how local identity could become part of the touristic supply. In: BURNS, P.; PALMER, C.; LESTER, J-A. (Org.). *Tourism and visual culture: theories and concepts*. Oxfordshire: Centre for Agriculture and Biosciences International, 2010. p. 107-123.
- ARISTOTLE. *Politics*. Oxford: Clarendon, 1946.
- AUGÉ, M. *Nonluoghi*. Milano: Eleuthera, 2002.
- AZKARRAGA, E. J. *Educación, sociedad y transformación cooperativa*. Eskoriatza: Instituto de Estudios Cooperativos Lanki, 2010.
- BAUMAN, Z. *Community: seeking safety in an insecure world*. New York: John Wiley & Sons, 2013.
- BEGOSSI, A. Ecologia humana: um enfoque das relações homem-ambiente. *Interciencia*, Caracas, v. 18, n. 1, p. 121-132, 1993.

- BENTHAM, J. *An introduction to the principles of morals and legislation*. North Chelmsford: Courier, 2007.
- BERKES, F. *Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management*. Abingdon: Routledge, 1999.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. *Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas*. 2. ed. Brasília, DF: Fundação Nacional de Saúde: Ministério da Saúde, 2002.
- CECCATO, M. W.; STRAPASSON, E. V. L. *Slow city: qualidade de vida, cultura e turismo local*. Curitiba: UFPR, 2014.
- CHALOFISKY, N.; CAVALLARO, L. A good living versus a good life: meaning, purpose and HRD. *Advances in Developing Human Resources*, Thousand Oaks, v. 15, n. 4, p. 331-340, 2013.
- DANSAC, Y. Conceptualizaciones nativas y etnoconocimientos sobre los vestigios prehispánicos en el folclore rural. Notas de la exploración del patrimonio etnológico de Teuchitlán (México). *Apuntes*, Bogotá, v. 25, n. 1, p. 90-101, 2012.
- DAWSON, J. *Ecovillages: new frontiers for sustainability*. Totnes: Green Books, 2006.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO C. A. C. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 18, p. 87-94, 2008.
- GABRIELSEN, P.; BOSCH, P. *Environmental indicators: typology and use in reporting*. EEA internal working paper, Aug. 2003.
- GUDMUNDSSON, H.; HÖJER, M. Sustainable development principles and their implications for transport. *Ecological Economics*, Amsterdam, v. 19, p. 269-282, 1996.
- HIDALGO CAPITÁN, A. L. *El buen vivir: la (re) creación del pensamiento del Pydlos*. Cuenca: Universidad de Cuenca, 2012.
- ILLICH, I. *Tools for conviviality*. New York: Harper & Row, 1973.
- IPCC - INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. *Climate change 2013: the physical science basis (GT I)*. New York: Cambridge University, 2013.
- LACERDA, R. F.; FEITOSA, S. F. Bem viver: projeto u-tópico e de-colonial. *Interritórios*, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2015.
- LAVILLE, J. L. A new European socioeconomic perspective. *Review of Social Economy*, Oxfordshire, v. 61, n. 3, p. 389-405, 2003.
- LYONS, C. O. Listening to natural law. In: NELSON, M. K. (Ed.). *Original instructions: indigenous teachings for a sustainable future*. Rochester: Bear & Company, 2008. p. 22-26.
- MASON, R.; O'MAHONY, B. On the trail of food and wine: the tourist search for meaningful experience. *Annals of Leisure Research*, Oxfordshire, v. 10, n. 3-4, p. 498-517, 2007.
- MATURANA, H. R.; VARELA, F. J. *The tree of knowledge: the biological roots of human understanding*. Boston: New Science: Shambhala, 1987.
- MENDONÇA, C. V.; MACOPPI, G. U. Slow city: uma abordagem do turismo comunitário, solidário e sustentável: modelo aplicado em Levanto, Itália. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E LOCAL E REGIONAL, 2014, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: Udesc, 2014.
- MERCHANT, C. Partnership ethics and cultural discourse: women and the earth summit. In: FISHER, F.; HAJER, M. A. *Living with nature: environmental politics as cultural discourse*. New York: Oxford University Press, 1999. p. 204-223.
- MIGNOLO, W. La opción de-colonial: desprendimiento y apertura: un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 8, p. 243-281, 2008.
- MILL, J. S. *Utilitarianism*. Tonawanda: Broadview, 2010.
- MOLLISON, B.; HOLMGREN, D. *Permaculture one: a perennial agriculture for human settlements*. London: Transworld, 1978.

- NAZAREA, V. D. Local knowledge and memory in biodiversity conservation. *Annual Review of Anthropology*, Palo Alto, v. 35, p. 317-335, 2006.
- NICOLESCU, B. *Manifesto of transdisciplinarity*. Albany: Suny, 2002.
- NOGUEIRA, V. M. R. Bem-estar, bem-estar social ou qualidade de vida: a reconstrução de um conceito. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, Londrina, v. 23, p. 107-122, 2002.
- OECD - THE ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *OECD Better Life Index*. Paris: OECD, 2014.
- OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Convenio 169 de la OIT sobre pueblos indígenas y tribales em países independentes*. México: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas, 2003.
- ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração das nações unidas sobre os direitos dos povos indígenas*. Rio de Janeiro: Centro de Informação das Nações Unidas, 2008.
- OSTROM, E. *The future of the commons: beyond market failure and government regulations*. London: The Institute of Economic Affairs, 2012.
- PALAZUELOS, A. C. P. de; BALLIVIAN, J. M. P. P. Tecendo relações além da aldeia: o artesanato indígena em cidades da Região Sul. In: MARKUS, C.; GIERUS, R. (Org.). *O Bem Viver na criação*. São Leopoldo: Oikos, 2013. p. 130-152.
- PARKS, C. D.; JOIREMAN, J.; LANGE, P. A. M. V. Cooperation, trust, and antagonism: how public goods are promoted. *Psychological Science in the Public Interest*, Washington, DC, v. 14, n. 3, p. 119-116, 2013.
- PAULA, A. P. P. de. *Repensando os estudos organizacionais: para uma nova teoria do conhecimento*. São Paulo: FGV, 2015.
- PECQUEUR, B. Esquisse d'une géographie économique territoriale. *L'Espace Géographique*, Paris, v. 3, n. 43, p. 198-214, 2014.
- PINTÉR, L. et al. Bellagio STAMP: principles for sustainability assessment and measurement. *Ecological Indicators*, New York, v. 17, p. 20-28, 2012.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- QUIJANO, A. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014. p. 847-859.
- QUIROGA, R. *Indicadores de sostenibilidad ambiental y de desarrollo sostenible: Estado del Arte y perspectivas*. Santiago: Cepal, 2001.
- RAMOS, A. G. *The new science of organizations: a reconceptualization of the wealth of nations*. Toronto: University of Toronto, 1981.
- SACHS, I. Environment and styles of development. *Economic and Political Weekly*, Mumbai, v. 9, n. 21, p. 828, 1974.
- SAMPAIO, C. A. C. (Org.). *Gestão que privilegia uma outra economia: ecossocioeconomia das organizações*. Blumenau: Edifurb, 2010.
- SAMPAIO, C. A. C. et al. Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CULTURAS E DESENVOLVIMENTO, 2., 2014, Chapecó. *Anais...* Chapecó: Argos, 2014. p. 1721-1735.
- SANTAMARÍA, R. Á. La utopia andina. In: BALDI, C. A. (Coord.) *Aprender desde o Sul: novas constitucionalidades, pluralismo jurídico e plurinacionalidade: aprendendo desde o Sul*. Belo Horizonte: Fórum, 2015. p. 141-178.
- SANTOS, M. *La nature de l'espace: technique et temp*. Paris: L'Harmattan, 1997.
- SILVA, J. M. M. et al. *Cykliforbundet: ecossocioeconomia e sua prática urbana*. Blumenau: Furb, 2015.
- SIRGY, J.; PHILLIPS, R.; RAHTZ, D. *Community quality-of-life indicators: best cases III*. New York: Springer, 2009.
- SMITH, P. B.; MAX-NEEF, M. *Economics unmasked: from power and greed to compassion and the common good*. Cambridge: UIT Cambridge, 2011.

TUAN, Y. *Topophilia: a study of environmental perception, attitudes, and values*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1974.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. *Human development index (HDI) 2014*. New York: UNDP, 2014.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. *Our ecological footprint*. Gabriola Island: New Society, 1996.

WALSH, C. *Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito:

Universidad Andina Simon Bolivar: Abya-Yala, 2009.

WEBER, M. *Economy and society: an outline of interpretive sociology*. Oakland: University of California, 1978.

ZACHARIAS, A. C.; CASTRO, M. C. S. *Mobilidade urbana bicicleta como uma alternativa para promoção do turismo comunitário: o caso de Maastricht (Netherlands)*. Curitiba: UFPR, 2014.

---

### **Contribuição dos autores**

Sampaio produziu a primeira versão do texto e a revisão da versão final. Parks e Quinlan contribuíram complementando a primeira versão. Mantovaneli Jr também complementou e produziu a segunda versão. Alcântara produziu a terceira versão do texto.

Recebido: 14/07/2016

Aprovado: 11/10/2016